



PLANO DIRETOR

ITANHAÉM-SP

1

ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA	
Local:	Câmara Municipal
Data e horário agendado:	10 de junho de 2014, 18 horas, com inscrições a partir de 17 horas
Responsável pelos trabalhos:	Rosana Filippini Bifulco Oliveira
Responsável pelo relato:	Rosana Filippini Bifulco Oliveira
Pauta:	Apresentação dos objetivos da Audiência Pública Abertura pelo Sr Prefeito ou seu representante e autoridades presentes Aprovação do regimento Apresentação dos resultados da revisão e de todo processo participativo adotado na condução dos trabalhos - metodologia Colher opiniões, críticas e sugestões do público presente
Efetivo início e término:	Das 18:10 até as 22:25 hs
Participantes	Total: 93 pessoas , sendo 18 da Prefeitura de Itanhaém/ 5 da Câmara/ 3 outros órgãos públicos/ 2 Associações de Bairro/ 15 Entidades em geral e conselhos municipais/ 6 Entidades de classe e de profissionais/ 5 Entidades do setor produtivo / 4 Universidades ou Escolas Técnicas/ 31 Populares e público em geral/ 3 partidos políticos/ 1 sindicato
Recursos utilizados:	Equipamento multimídia, computador, apresentação em Power Point, proposta de regimento da audiência, exposição de mapas dos anexos do PDDI, exposição das propostas de alteração recebidas durante consulta pública e exposição da proposta de regimento da audiência

1
2 A audiência foi iniciada pela coordenadora geral dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Sra Rosana Filippini
3 Bifulco Oliveira, na qualidade de representante do prefeito Sr Marco Aurélio Gomes dos Santos agradecendo a
4 presença de todos e saudando os presentes em seu nome. Explicitou os objetivos dessa Audiência Pública:
5 apresentar os resultados dos trabalhos de revisão do PDDI, informar sobre o processo participativo adotado na
6 condução dos estudos e trabalhos e também colher opiniões e sugestões da população e autoridades sobre a
7 proposta elaborada.
8 Convidou para a abertura dos trabalhos as autoridades presentes: Vereadores Cesar, Conrado e Rogelio -
9 presidente da Câmara Municipal. Usando a palavra os 3 vereadores fizeram uma saudação aos participantes da
10 audiência, ressaltaram a participação de todos os membros dos grupos de trabalho e sua dedicação ao longo da
11 ano de 2013 nas discussões da revisão do Plano Diretor, elogiaram a condução dos trabalhos e manifestaram
12 intenção de permanecer na audiência para ouvir a manifestação dos presentes. Rosana Filippini Bifulco Oliveira,
13 agradecendo aos vereadores e os convidando a se posicionarem no plenário para início dos trabalhos da
14 Audiência Pública, com o auxílio de telão, computador e projetor multimídia, iniciou a apresentação cujos
15 principais pontos foram: I - Apresentação e aprovação do regimento interno da audiência, para o bom andamento
16 do encontro, explicando que será apresentada a proposta que teve alguns exemplares impressos distribuídos,
17 bem como se encontra afixado na parede. Solicita que à medida que o documento seja lido, se houver alguma
18 proposta de alteração, seja manifestada para análise de todos. A proposta de REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA
19 PÚBLICA DE REVISÃO DO PDDI foi: Art. 1º - O presente regulamento estabelece os objetivos, bem como
20 disciplina o andamento dos trabalhos, apresentações e forma de participação dos interessados na Audiência
21 Pública da revisão e atualização do PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, instituído pela Lei
22 Municipal Complementar nº 30, de 12 de janeiro de 2000. § 1º - A audiência pública será realizada dia 10 de junho
23 de 2014, terça-feira, no Plenário da Câmara Municipal de Itanhaém, R. João Mariano Ferreira, 229 - Centro -
24 Itanhaém, a partir das 17hs, de acordo com a programação a frente descrita. § 2º - Cópia deste regulamento,
25 assim como cópia da proposta da revisão do PDDI e seus anexos estarão à disposição dos participantes da
26 audiência pública para consulta e conhecimento. § 3º - A organização da audiência pública está a cargo da
27 coordenação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor, devendo contar com a efetiva participação de todos os
28 membros dos vários Grupos de Estudo participantes dos trabalhos de revisão do Plano Diretor. Art. 2º - A
29 audiência pública é franqueada a qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, e tem por objetivo
30 apresentar os resultados dos trabalhos de revisão do PDDI, informar sobre o processo participativo adotado na
31 condução dos estudos e colher opiniões e sugestões da população e autoridades sobre a proposta elaborada. Art.
32 3º - O texto que será apresentado e debatido na Audiência Pública é o que está disponibilizado desde 17 de abril
33 em cópias impressas na Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e na Câmara Municipal, além da internet na
34 página oficial da Prefeitura, onde está acompanhado de explicações e descrição de texto e anexos no endereço
35 <http://www.itanhaem.sp.gov.br/planodiretor/index.html> Parágrafo único - É o mesmo texto que esteve em Consulta
36 Pública de 17 de abril a 1 de junho, sendo que as propostas recebidas durante esse período serão apresentadas
37 em separado, para melhor visualização e compreensão dos presentes na Audiência Pública. Art. 4º - A audiência
38 pública será aberta pelo Prefeito Municipal ou seu representante e conduzida por representante da Secretaria de



PLANO DIRETOR

ITANHAÉM-SP

ATA

39 Planejamento e Meio Ambiente, devendo os trabalhos observar a seguinte ordem: 17h - Abertura do local e início
40 das inscrições para participação; 17h30min - Abertura de inscrições para manifestação; 18h - Abertura da
41 Audiência Pública pelo Sr Prefeito ou seu representante e autoridades presentes; 18h15min - Apresentação dos
42 objetivos da Audiência e do regimento de condução dos trabalhos; 18h30min - Resumo dos trabalhos dos grupos
43 e apresentação da proposta do texto e anexos do PDDI e sugestões remetidas durante a Consulta Pública;
44 18h50min - Abertura para as manifestações que seguirão a sequência: 1. Prefeito e vereadores; 2. Membros do
45 Ministério Público; 3. Demais autoridades: Secretários Municipais e representantes legais de órgãos públicos da
46 esfera estadual e federal; 4. Membros dos Grupos de Trabalho; 5. Conselheiros participantes de quaisquer dos
47 Conselhos municipais; 7. Público presente. 21h30min - Encerramento das manifestações, sendo este o horário
48 máximo, podendo finalizar esta etapa antes, caso todos os inscritos já tenham falado; 21h35min - Encerramento
49 da audiência pública, que poderá ser antes, caso a etapa de manifestações seja mais curta. Art. 5º - Dentro da
50 sequência de manifestações apresentada, as inscrições permanecerão abertas até no máximo 10 (dez) minutos
51 após o início das respectivas falas. Parágrafo único - A critério da condução dos trabalhos e se pertinente, poderão
52 permanecer abertas as inscrições até que não haja mais dúvidas ou se esgote o tempo máximo previsto para o
53 total das manifestações, que é de 3 (três) horas. Art. 6º - As manifestações, nas quais os participantes poderão
54 discorrer livremente suas opiniões sobre a proposta de revisão do plano Diretor: I - deverão ser orais e com
55 pertinência à matéria discutida – proposta de revisão do Plano Diretor; II - seguir sequência por ordem de
56 inscrição, não sendo permitidos apartes durante as manifestações; III - quando individuais, não poderão exceder,
57 em nenhuma hipótese, a 5 (cinco) minutos se feitas oralmente ou 3 (três) minutos, para leitura de manifestações
58 feitas por escrito; IV - quando não individuais (se feita por representante de grupo de pessoas), será permitido
59 acréscimo de 2 minutos nos tempos acima definidos. § 1º - Os tempos definidos poderão ser diminuídos pela
60 condução dos trabalhos, caso haja um número muito grande de inscritos, de forma que todos possam ter
61 oportunidade de manifestar-se. § 2º - Após as manifestações, caso haja tempo disponível e a critério da condução
62 dos trabalhos, poderá ser concedido aos representantes dos Grupos de Estudo um tempo para explicações
63 adicionais ou esclarecimentos que sejam necessários. § 3º - Excepcionalmente e se entendido que é construtivo
64 às discussões, poderão ser concedidos pela condução dos trabalhos pedidos de réplica e tréplica. Art. 7º - Todos
65 os participantes da audiência pública, obrigatoriamente: I - registrarão em lista de presença, seu nome, telefone,
66 endereço eletrônico e assinatura; II - respeitarão as disposições deste Regulamento; III - manterão em nível
67 respeitoso suas manifestações; IV - deverão tratar com respeito e civilidade todos os demais participantes da
68 audiência. Art. 8º - Deverá ser elaborada ata da Audiência Pública contendo as manifestações ocorridas, a qual
69 conterá como anexo a lista de presença assinada, juntamente com qualquer material entregue por escrito pelos
70 participantes. Art. 9º - Para o bom andamento dos trabalhos, nas manifestações de apoio ou reprovação da
71 proposta de revisão do Plano Diretor fica vedado o uso de instrumentos acústicos ou de quaisquer outros meios
72 que possam conturbar o ambiente e dificultar a compreensão das manifestações. Art. 10 - As sugestões, opiniões,
73 críticas e informações colhidas na Audiência Pública terão caráter consultivo e não-vinculante, destinando-se a
74 subsidiar a motivação da Comissão de Acompanhamento e do Executivo Municipal quando da tomada de decisão
75 sobre a proposta de revisão do Plano Diretor. Art. 11 - Os casos omissos e conflitantes serão decididos pela
76 Coordenação dos trabalhos. Terminada a apresentação e não havendo nenhuma manifestação ao longo da
77 apresentação, foi novamente questionado o plenário sobre a aprovação da proposta, sendo aprovada. II -
78 Finalizada essa etapa, foi feito um resumo das etapas e dos trabalhos de revisão da LEI COMPLEMENTAR Nº 30,
79 de 12 de janeiro de 2000; que “Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Itanhaém -
80 PDDI.”, possuindo 51 Artigos divididos em 7 Capítulos. O principal foco do trabalho dos grupos foi o próprio texto
81 da lei do Plano Diretor, mas além dele tivemos muito material de apoio: a proposta de revisão do ano de 2006, os
82 vários planos setoriais finalizados nos últimos anos, por ex: Plano de Saneamento e Plano de Habitação; Planos
83 Regionais e Estaduais, por ex: Zoneamento Ecológico-Econômico decretado pelo Governador em 2013 e o
84 trabalho do Instituto Polis – Litoral Sustentável, construindo um diagnóstico técnico e participativo recente. Tudo
85 para que definamos como elevar a qualidade de vida de nossa população: conhecendo a situação presente, de
86 que forma e como poderemos atingir no futuro a melhoria de vida desejada, sempre focada nos 3 alicerces do
87 desenvolvimento sustentável: o que é socialmente justo e benéfico para a coletividade como um todo, o que é
88 economicamente viável e ambientalmente correto e não predatório, pois temos consciência que estamos de
89 passagem por esse território e precisamos garantir a sobrevivência das próximas gerações. Em seguida, com a
90 utilização de um cronograma mostrando desde meados de 2012, foram resumidamente apresentadas as várias
91 etapas de trabalho: 1. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente que trabalha na revisão desde março/12; 2.
92 Convênio com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico em julho/12 através do PATEM
93 – Programa de Apoio Técnico aos Municípios para contratação do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas que
94 nos deu todo apoio técnico com estudos geológicos, de suscetibilidade e aptidão para ocupação para
95 cumprimento da política nacional de defesa civil, sem o qual não poderíamos fazer revisão do PDDI; trabalho que
96 teve duração de 1 ano, assim como a fase de Estudos e diagnósticos; 3. Lançamento da fase de participação
97 popular em 04/12/2012 na Câmara Municipal, evento lembrado por fotos e que teve a participação de vários dos
98 presentes e dos pesquisadores do IPT Geraldo e Vilma para a fundamentação e apresentação da proposta de



PLANO DIRETOR

ITANHAÉM-SP

ATA

99 trabalho, apresentação dos estudos em execução pelo IPT, sensibilização e apresentação das formas de
100 participação popular e divulgação; 4. A participação popular se deu de várias formas que foram lembradas:
101 questionários, grupos de estudo, consulta pública e audiência pública; 5. Para auxílio no diagnóstico, foi feita a
102 elaboração, envio, recebimento e análise de questionários de opinião de 10 dezembro a 31 de janeiro que foram
103 veiculados nos boletins oficiais desse período e pela internet; 6. Criação pelo Prefeito, por Decreto, da Comissão
104 de Acompanhamento, Núcleo Gestor e definição das formas de participação através do DECRETO Nº 3.083, DE
105 21 DE JANEIRO DE 2013, que “Regulamenta os trabalhos de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento
106 Integrado do Município de Itanhaém.”; 7. Análise dos questionários pode ajudar muito no Diagnóstico – dados dos
107 questionários, pois os dados foram tabulados por tema e por região da cidade, com gráficos demonstrativos do
108 tema Habitação e os maiores problemas de cada região, com infográfico; 8. Em fevereiro de 2013 o Núcleo Gestor
109 começa a se reunir e continua sua participação até dezembro de 2013, grupo com atribuições de coordenação
110 geral, operacionalização, integração dos grupos e sistematização dos trabalhos de revisão do PDDI, grupo
111 pequeno com 6 membros: 3 da Prefeitura e 3 entidades da sociedade civil: ACAI Associação Comercial, Agrícola e
112 Industrial de Itanhaém, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Itanhaém e OAB subseção Itanhaém; 9. Em
113 19/02/2013 foi feita eleição para participação nos grupos de estudo, quando foram preenchidas 17 vagas, sendo o
114 restante das vagas preenchidas por convidados; sendo assim definidos os grupos de estudo; 10. O lançamento do
115 trabalho dos grupos foi na Câmara Municipal no dia 02.04.2013, evento que foi lembrado, sendo apresentados
116 os vários grupos na sequência; 11. A CAPD Comissão de Acompanhamento da revisão do Plano Diretor, que é o
117 órgão consultivo e colegiado central dos trabalhos, concentrará as discussões para elaboração dos diagnósticos e
118 definição de objetivos e metas do PDDI, fazendo o acompanhamento dos trabalhos em todas as suas etapas,
119 sendo o mais amplo grupo, que trabalhou de abril a dezembro/2013; 12. O GEMEIO Grupo de Estudos do Meio
120 Ambiente para as discussões dos temas de meio ambiente e saneamento foi coordenado pelo COMDEMA, por
121 seu presidente William Carrillo e suplente João Nunes e se reuniu de abril a agosto/13 e está se reunindo
122 novamente esse ano tendo apresentado sugestões na consulta pública; 13. O GEPOS Grupo de Estudos das
123 Políticas Sociais para as discussões dos temas inclusão e participação social e os programas nas áreas de
124 Educação, Saúde e Assistência Social; cidadania e gestão participativa, foi coordenado pelo Edson Luiz Bello
125 Visentin, o Dedé e se reuniu de abril a setembro/2013; 14. O GDEC Grupo de Estudos de Desenvolvimento
126 Econômico para as discussões de conteúdo econômico, como atividades e vocações do Município,
127 potencialidades, geração de trabalho e renda, qualificação profissional, turismo, agricultura e demais atividades,
128 ZPE - Zona de Processamento de Exportação e ZEN - Zona Especial de Negócios, oportunidades ligadas ao
129 Aeroporto e à cadeia do petróleo e gás, foi coordenado pelo Luiz Evaldo e Angela como suplente, se reuniu de
130 abril a agosto/2013; 15. O GETECH Grupo de Estudos Técnicos e de Habitação para as discussões dos temas
131 ligados à dinâmica de ocupação do território, diretrizes para parcelamento, uso e ocupação do solo, inserção dos
132 instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade no PDDI; além de habitação e regularização fundiária, foi
133 coordenado pela Rosana e se reuniu de abril a dezembro/2013; 16. O GEMUR Grupo de Estudos de Mobilidade
134 para as discussões dos temas ligados à mobilidade urbana como o transporte e trânsito de pessoas e veículos,
135 priorização do transporte coletivo, ciclovias e transporte alternativo; acessibilidade universal; integração e
136 qualificação da estrutura viária, grupo responsável por inserir essa temática em nosso PDDI, coordenado pelo
137 Fabio Ramos e se reuniu de abril a setembro/2013; 17. O GECULT Grupo de Estudos de Cultura e do Patrimônio
138 Histórico para as discussões dos temas ligados à promoção da cultura e valorização do patrimônio histórico,
139 artístico e cultural do Município, manifestações culturais e festas; imóveis tombados e entorno - Centro Histórico,
140 coordenado pelo Ivan e se reuniu de abril a outubro/2013; 18. O GETUR Grupo de Estudos de Turismo, criado a
141 pedido dos participantes do Grupo da Cultura para as discussões específicas sobre o turismo, pela importância da
142 atividade para a cidade, coordenado pelo Ivan e tendo a Maraleia como suplente, se reuniu de maio a
143 outubro/2013; 19. Em seguida foi feito um agradecimento especial aos que nos acolheram para as reuniões dos
144 grupos, agradecendo o grande auxílio à Associação de Engenheiros e Arquitetos de Itanhaém, à empresa
145 APOENA na Praia dos Sonhos, à CMTECE ou Centro de Pesquisas e à ACAI; 20. Depois foram apresentadas
146 algumas estatísticas de cada grupo e do total, sendo informado que em 2013 os trabalhos dos vários grupos foram
147 de fevereiro a dezembro num total de 150 reuniões, 1.624 participações e mais de 331 h de debates; 21.
148 Enquanto os grupos trabalhavam foram produzidos os documentos, plantas, coleta de dados e estudos para
149 elaboração do diagnóstico do município e esboço da proposta de cada grupo; 22. Após a finalização dos
150 trabalhos, cada grupo encaminhou seu relatório de sugestões e iniciou-se o trabalho de elaboração da proposta
151 preliminar com as propostas dos grupos e aquelas enviadas pelo IPT, trabalho que foi de novembro de 2013 a
152 março de 2014; 23. Assim que formatado, o texto foi a Consulta pública no período 17 de abril até 01 de junho de
153 2014, para recebimento de propostas de alteração, supressão ou inserção pelo site, por e-mail e também por
154 escrito; 24. Assim, na sequência chegamos a essa Audiência Pública.

155 III - Em seguida foi apresentada e explicada a proposta do texto e anexos do PDDI: O PDDI define diretrizes para
156 o crescimento ordenado da cidade na busca pelo desenvolvimento incluyente, com planejamento e articulação
157 das políticas sociais e setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento e mobilidade urbana, com iniciativas
158 públicas e privadas voltadas à integração social e à geração de riqueza, emprego e renda da população. Para



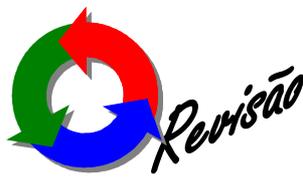
159 apresentação e consecução dessas diretrizes, os tópicos e temas, embora interligados e complementares, são
160 apresentados agrupados sob seus aspectos predominantes, em: 7 capítulos e 147 artigos. No Capítulo I -
161 Disposições preliminares tem 7 artigos estão considerações iniciais e aspectos gerais do PDDI, definição da
162 função social da cidade e da propriedade; no Capítulo II, que tem 47 artigos, trata-se do Território e do
163 desenvolvimento físico e territorial, com os objetivos e diretrizes para a qualificação do ambiente natural e do
164 ambiente construído e toda estruturação e ordenamento territorial: macrozoneamento, setores de interesse e
165 abairramento, além de diretrizes específicas para o parcelamento, uso e ocupação do solo, meio ambiente, dos
166 espaços públicos e da paisagem, dos serviços de utilidade pública e da mobilidade urbana; no Capítulo III que tem
167 6 artigos, trata-se do Desenvolvimento econômico, com objetivos e diretrizes específicas para o comércio,
168 indústria, o setor agropecuário, o turismo e a geração de emprego e renda; no Capítulo IV com 12 artigos está o
169 Desenvolvimento social, com objetivos e diretrizes específicas para a educação, saúde, assistência social,
170 segurança alimentar, habitação, cultura, esporte, lazer, segurança pública e cidadania; no Capítulo V tem 66
171 artigos com os instrumentos que deverão ser utilizados para implantação das diretrizes do PDDI, tanto
172 instrumentos institucionais e de planejamento, jurídicos, políticos, tributários, econômicos, fiscais e financeiros;
173 como os planos e programas municipais, o orçamento público, a regulação urbanística, a regularização fundiária, o
174 IPTU progressivo no tempo, a transferência de potencial construtivo, o direito superfície, os Conselhos e Fundos
175 municipais e a contribuição de melhoria, dentre outros; no Capítulo VI com 10 artigos trata-se da revisão e
176 disposições finais. Acompanham o texto 7 anexos numerados de 1 a 7: Anexo 1 - Planta do Município com o
177 Macrozoneamento, escala 1:50.000, que é a planta de todo município com a definição do Macrozoneamento -
178 Rural e Urbano a subdivisão de cada uma delas em zonas, que está afixada para exposição; o Anexo 2 - que é a
179 Tabela de Diretrizes do Macrozoneamento contendo as características, diretrizes de usos e ocupação máxima de
180 cada uma das zonas, além de metas a serem atingidas em compatibilização com o Zoneamento Ecológico
181 Econômico decretado pelo Estado; o Anexo 3 - Planta do Município com os setores de interesse, escala 1:50.000,
182 que é a Planta de todo município com a definição de setores de interesse específicos: sociais, culturais,
183 econômicos, ambientais e paisagísticos, uma novidade para o Plano Diretor, estando afixada para exposição; o
184 Anexo 4 - Planta do Abairramento da Macrozona Urbana, que é a planta da macrozona urbana com a definição do
185 abairramento - os bairros da cidade, sendo destacada a criação do Bairro Guapurá, sendo mantida a quantidade
186 de 45 bairros; o Anexo 5 - Descrição do abairramento e divisa dos bairros; o Anexo 6 - Planta com a definição das
187 Regiões Administrativas, planta da macrozona urbana com a definição de regiões administrativas para
188 organização e prestação de serviços públicos, sendo ressaltada que é novidade a criação das regiões
189 administrativas, que auxiliarão na organização da prestação de serviços públicos; e o Anexo 7 - Planta com a
190 estruturação e hierarquização viária, planta do município com a definição das estradas e vias mais importantes
191 para a mobilidade urbana e interurbana, sua classificação e hierarquização em arteriais, coletoras, também uma
192 novidade no nosso Plano Diretor.

193 IV - Durante a Consulta pública foram apresentadas várias sugestões de alteração, expostas aos interessados, as
194 quais já foram discutidas preliminarmente em reunião da CAPD dia 03.06 pp e que serão analisadas novamente,
195 na próxima reunião, juntamente com as propostas dessa Audiência e as que chegarem nos próximos 5 dias. Após
196 o encerramento do texto, ele será encaminhado ao Prefeito como produto final dos grupos. Além da CAPD, outros
197 grupos já se reuniram esse ano, como o GEMEIO e o NG.

198 Em seguida, às 19:10 horas, houve a abertura para as manifestações na sequência definida no regulamento.
199 Ressaltamos que, para efeito de apreciação futura das sugestões, todas as manifestações serão a seguir
200 descritas, estando sublinhadas aquelas pertinentes à proposta do Plano Diretor (sugestão de alteração, supressão
201 ou inclusão de temas ou texto) - e se citadas mais de uma vez, sublinhadas só na 1ª citação, em contraponto às
202 demais manifestações aleatórias e de conteúdo diverso à revisão do PDDI:

203 1. Vereadores, estando inscritos 3 participações:

- 204 • Vereador Cesinha: preocupação com a futura aplicabilidade da lei e como ela será aplicada
205 independentemente das questões eleitorais, com o crescimento desordenado da cidade, uso do solo e
206 regularização, atendimento pelo poder público com otimização da estrutura existente de fiscalização e
207 prestação de serviço, geração de empregos é problema, por isso entende que devem ser dados incentivos
208 para as áreas industriais, investido em qualificação da mão de obra para a maior indústria que temos: o
209 turismo; ações devem pautar nossa tradição histórica para valorizar as coisas da cidade, por exemplo com
210 a substituição do Rodeio por outra festa da nossa tradição; mobilidade: várias obras não incluem as
211 ciclovias no projeto e propõe que se definam as prioridades para as pavimentações e colocação de
212 infraestrutura; que os interesses metropolitanos sejam levados em consideração, mas com valorização
213 dos interesses locais; substituição do VLT ou outro meio de transporte metropolitano ferroviário para
214 passageiros, como forma de valorizar nossa cultura; propõe a junção do bairro Guarda Civil com o Nova
215 Itanhaém-Praia; quanto à Saúde, na página 29, que o PS da cidade seja no Hospital Regional estadual
216 para atendimento de portas abertas; além de propor a reabertura do PS central até a definição e
217 inauguração do PS no Regional;



PLANO DIRETOR

ITANHAÉM-SP

ATA

- 218
- 219
- 220
- 221
- 222
- 223
- 224
- 225
- 226
- 227
- 228
- 229
- 230
- 231
- 232
- 233
- 234
- 235
- 236
- 237
- 238
- 239
- 240
- 241
- 242
- 243
- 244
- 245
- 246
- 247
- 248
- 249
- 250
- 251
- 252
- 253
- 254
- 255
- 256
- 257
- 258
- 259
- 260
- 261
- 262
- 263
- 264
- 265
- 266
- 267
- 268
- 269
- 270
- 271
- 272
- 273
- 274
- 275
- 276
- 277
- Vereador Conrado: sugeriu várias alterações na consulta pública e para isso estudou minuciosamente o texto em conjunto com vários profissionais e grupos organizados, arquitetos, advogados e pessoas mais carentes, citando profissionais ligados à USP, Instituto Polis, UNIFESP, FAU Santos e especialmente o Arq Nabil Bonduki, coordenador da revisão do PD de São Paulo; defende o conceito de cidade sustentável com fortalecimento dos bairros para que as pessoas tenham que se deslocar o menos possível; acha que o PDDI dialogou com o Estatuto da Cidade e que tem méritos, mas deseja ver pontos aprofundados quanto aos usos que permitam uma cidade compacta, transportes públicos de qualidade para os espaços serem democráticos, desenvolvimento de novas centralidades para diminuir os deslocamentos; democratização dos espaços na cidade para não criar o que chama de 'não-cidade' e que segrega as pessoas e limita o acesso; não aceitação, pelo município, de empreendimentos como do PMCMV que são feitos distantes das regiões centrais e onde não tem infraestrutura implantada, citando como exemplo o Guapurá que só depois e ainda hoje recebe equipamentos públicos para aquela grande população; quanto a verticalização, afirma que não é contra, pelo contrário, entende necessário o adensamento, mas de áreas específicas, lembrando a todos da campanha desenvolvida pela ONG ECOSURFI e outras ONG's com assinaturas on-line contra a verticalização na orla da praia que podem se transformar em barreiras e sombrear a areia das praias, entendendo muito importante essa discussão para o futuro da cidade; propõe 4 pavimentos para a orla da praia e adensamento no entorno de eixos de mobilidade urbana, como a ferrovia e nas centralidades; que os prédios tenham uso misto, com comércio no térreo e que isso democratiza os espaços que deixam de ser de poucos condôminos e passam a ser de todos, trazendo a população mais perto dos prédios e não segregando; propõe a redução do número de vagas de garagem pois priorizar o carro não é solução e sim valorizar o transporte alternativo como as bicicletas, ônibus, VLT ou trem, com transporte público de qualidade; outro ponto que pretende explicar a todos é sua posição contrária ao incentivo de condomínios e conjuntos pois são antidemocráticos e atrapalham a convivência das pessoas; espera que conceitos como os apontados barateiem o preço dos imóveis, de forma com que mais gente consiga morar mais próximo à infraestrutura; agradeceu a coordenação dos trabalhos por recebê-lo e discutir suas sugestões, todas na direção de uma cidade mais acessível e com menos muros; encerrou colocando seu mandato a disposição e frisando que não são propostas incabíveis e sim estudos técnicos por uma cidade mais solidária e justa;
 - Vereador Rogélio: parabeniza os participantes dos grupos pela sua dedicação e também tem preocupações quanto à aplicabilidade da lei após a sua aprovação; disse que ouviu atentamente o que foi dito mas quer lembrar que devemos encarar nossa realidade e sistema político que tem dependência das outras esferas de governo para resolver problemas de mobilidade e outros; ressalta que não podemos nos afastar da nossa realidade e que todos desejam ótimos serviços prestados à população, mas a responsabilidade que está nos gestores públicos atuais é muito grande; entende que os condomínios são bons ao município, na medida que geram maior renda e eximem o poder público de prestar vários serviços; que a verticalização na orla é uma questão que deve ser tratada tecnicamente, apontando a região do Cibratel como favorável a receber prédios; citou a Petrobras, o Aeroporto e a proposta de nova rodovia como responsáveis por um crescimento que certamente virá e pergunta de que forma iremos desenvolver, já que a renda da população é baixa; as indústrias são boas? Tudo precisa ser bem pensado, pois a necessidade de gerar renda é grande; finalizou dizendo que a Câmara irá discutir bastante o Plano e espera que não precisem ser inseridas emendas ao texto que está sendo discutido e que esta casa está a disposição de todos para essa discussão;
2. Membros do Ministério Público, sem inscrições;
3. Demais autoridades: Secretários Municipais e representantes legais de órgãos públicos da esfera estadual e federal, estando inscritas 2 participações:
- Eng. Vinicius – Secretário de Serviços e Urbanização: lembra que a base de nosso macrozoneamento é o ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico que esteve em discussão por 12 anos e teve oportunidade de participar e que para o município definir essa proposta junto ao Estado foi difícil, com muita discussão, ouvindo técnicos e população, definindo áreas de preservação ambiental, reservando espaços para a agricultura que é atividade muito importante no município; ressaltou o trabalho de profissionais e técnicos competentes da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Itanhaém e do CREA nos vários grupos de trabalho, citando o Eng Hilman e Eng Eloisa, mostrando que temos profissionais com grande capacitação técnica, o que valoriza bastante esse trabalho ora exposto; chama a atenção para o exemplo de vários loteamentos antigos em faixas perpendiculares à Rodovia e que não receberam nenhuma infraestrutura por parte dos loteadores gerando situações com avenidas muito longas com pouca gente morando e que trazem situações que dificultam muito a prestação dos serviços públicos, pois muitas vezes um caminhão de lixo deve andar quilômetros para atender uma ou 2 casas tornando os serviços muito caros e além disso, muitas vezes as complicações para levar infraestrutura não são só os altos custos, mas também embargos judiciais; então, para conseguir prestar serviços de qualidade, não podemos aumentar a área ocupada, mostrando que está correto o raciocínio de restringir a ocupação da cidade, sendo uma



- 278 necessidade pela melhoria e custos; acha que o zoneamento possui as áreas já reservadas para
279 adensamento e expansão, bem como diretrizes de ocupação para atingir a qualidade que queremos para
280 a cidade nos próximos anos;
- 281 • Sra. Lucia Guaraldo, do ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e gestora da Estação
282 Ecológica dos Tupiniquins, parabeniza pelos trabalhos de revisão e ressalta que as discussões ocorridas
283 nos grupos foram de muito conteúdo; que o processo deve servir de exemplo para outros municípios pela
284 forma democrática e consistente; que todos leiam o PDDI e entendam qual sua função e que todas as
285 ações tenham o olhar do PDDI; a cidade tem necessidade de geração de renda e entende que uma opção
286 seria a criação de uma Unidade de Conservação como parque nas Ilhas Queimada Grande e Pequena,
287 dando exemplo do Parque Estadual da Serra do Mar, que ocupa grande parte do território do município e
288 deve trazer recursos para que possa ser preservado com sustentabilidade;
- 289 4. Membros dos Grupos de Trabalho, com 11 inscrições, mas só 10 participações, pois um se ausentou:
- 290 • Sra. Miriam, do SISPUMI e participante da CAPD: se diz preocupada com a aplicabilidade da lei e com
291 ausência de princípios de cidadania e direitos humanos; lembra que a cidade na época do prefeito Dr
292 Edson tinha gestão plena de média e alta complexidade na saúde e pergunta porque fechar o PS, porque
293 os PS's são a porta de entrada no sistema de saúde e que a UPA não o substitui, estando entre o PS e a
294 UBS, pois faz um atendimento diferente, diz que fala com propriedade pois é funcionária do PS e ele não
295 dava conta da demanda; lembra a importância da educação, sendo necessária a inclusão digital e exige a
296 imediata aplicação de verba de deputado que já veio para isso; ressalta a importância da valorização dos
297 servidores públicos que não recebem das autoridades a devida valorização;
 - 298 • João Malavolta, da ONG ECOSURFI: diz que a entidade participa de grandes movimentos a nível estadual
299 e nacional e que o processo de revisão do PDDI foi amplo e rico, com bastante tempo para formulação
300 das propostas; que a entidade participou do GEMEIO e da CAPD e levou propostas técnicas e ideológicas
301 por amor a cidade; sobre a verticalização lembra que deverá ser melhor discutida na revisão da Lei de
302 Uso do Solo e que a entidade promoveu ampla discussão com a sociedade sobre o assunto, entendendo
303 que sombra na praia só devem ser das árvores, pois a praia é o que atrai os turistas à cidade e por isso
304 deve ser valorizada, inclusive com a organização de Seminário na ACAI para discutir os modelos mau
305 sucedidos como exemplos de cidades que hoje tem a praia toda sombreada como Guarujá, Recife e
306 Camboriú; finaliza dizendo que o processo de elaboração do PDDI deve fazer valer quando da apreciação
307 pela Câmara, de forma que seja acatado sem emendas, já que elaborado pelo trabalho de muitos
308 participantes;
 - 309 • Eng. Hilman, da Associação de Engenheiros e Arquitetos, participante do GETECH: explica que as
310 discussões foram pautadas na determinação de não 'engessar ou emperrar' nada, mas que ouvíssemos
311 as novas ideias na direção do crescimento adequado; aponta como necessária a alteração de item que
312 cita recuo frontal de 12 metros para edificações, por entender que é uma definição pontual e
313 desnecessária para constar num Plano Diretor; finaliza dizendo que é muito difícil o trabalho que tivemos
314 de fazer uma proposta que agrade a todos e que agradece a atenção e oportunidade;
 - 315 • Prof Rodrigo Ferraz, da ETEC Itanhaém: ouviu todos com atenção e entende que muito que se falou sobre
316 qualificação profissional, viabilidade técnica de empreendimentos, projetos e vários pontos importantes
317 para acontecer necessitam de mão de obra qualificada, que é o que a ETEC tem oferecido, mas vê que os
318 profissionais tem bastante dificuldade de encontrar colocação no mercado de trabalho, sendo formados
319 aproximadamente 120 profissionais em nível médio por semestre;
 - 320 • Edson Luiz, da Secretaria de Desenvolvimento Social, coordenador do grupo GEPOS: ressalta que o
321 grupo teve a participação de profissionais da assistência social, educação, saúde e habitação, sendo a
322 ressaltado ao longo dos trabalhos a importância e necessidade do atendimento à população ser feito em
323 conjunto pelos setores de assistência social, educação e saúde, para maior eficácia e abrangência;
 - 324 • Sra. Elizabeth Bechir, participou do GECULT, do GETUR e da CAPD: saudou e agradeceu a todos os
325 membros dos grupos, lembrando que participou em 2000 da elaboração do PDDI e agora pode voltar a
326 dar sua contribuição, entendendo que isso faz parte da cultura de um povo; através das andanças da
327 Bandeira do Divino, da festa que participa ativamente, pode ver como a cidade cresceu; ressalta que é
328 importante conhecer o passado para entender o presente e daqui projetar um futuro melhor; conclui
329 dizendo que espera participar da sessão de votação do projeto de lei, que deve acontecer sem egos e
330 sem interesses de partidos políticos, mas por nossa querida cidade de Itanhaém;
 - 331 • Marcos Vinicius que participou do GECULT e do GETUR: se diz feliz por terem conseguido formar o
332 GETUR e isso mostra a importância do assunto para a cidade, sendo nossa principal atividade econômica,
333 mas nossos circuitos e atrações não são explorados; a Copa do Mundo não foi valorizada e a cidade
334 perdeu oportunidade de se fazer conhecida; vários pontos foram inseridos no texto, que não estavam no
335 atual plano, pois a cidade tem grande potencial não explorado; o Conselho de Turismo precisa funcionar e



ATA

- 336 deve ouvir as pessoas, mas eles não deixam ninguém se manifestar nas reuniões; finaliza dizendo que o
337 turismo precisa ser fortalecido para gerar mais renda;
- 338 • William Carrillo, coordenador do GEMEIO e membro da CAPD e GETECH: quer dar um rápido panorama
339 dos trabalhos do GEMEIO, que teve 22 reuniões antes e 3 depois da Consulta pública; formaram um
340 grupo diverso que propôs um texto coerente com essa diversidade; estudaram o resultado das prioridades
341 apontadas nos questionários e viram que a temática ambiental é entendida importante mas não prioritária
342 pelas pessoas frente à saúde, infraestrutura e educação, por exemplo, e isso os levou a propor a temática
343 ambiental transversalmente ao texto todo, motivo pelo qual propuseram inclusões como áreas de lazer e
344 recreação para a cidade; necessidade de atualizar o Código de Posturas; conscientização ao turista e ao
345 morador da cidade; fortalecimento da gestão ambiental e apoio ao Fundo do Meio Ambiente, pois sem
346 recursos não há como viabilizar os projetos e ações; capacitação dos Conselheiros para melhor
347 desempenhar suas funções; sobre a verticalização não propuseram a proibição e sim que todos os
348 empreendimentos sejam precedidos de EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança que estudará cada
349 empreendimento especificamente, diz que o GEMEIO não é contrário, só defende regramento para que o
350 desenvolvimento seja sustentável; conclui agradecendo a coordenação geral dos trabalhos pela confiança
351 na coordenação do GEMEIO e se diz particularmente feliz por participar agora, já que seu pai, como
352 representante do IBGE, participou da elaboração do PDDI de 2000 e da revisão de 2006;
 - 353 • Prof André, da ACAI, membro do NG e do GEDEC: agradeceu a todos os participantes, disse que
354 participou em 2006 e que a proposta atual está boa, contemplando todos os pontos importantes para o
355 desejado desenvolvimento econômico como comércio e serviços, agricultura, geração de emprego e
356 renda; que a cidade recentemente aprovou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa para estímulo ao
357 empreendedor; que é importante a luta pelo Aeroporto operar comercialmente e melhorar sua utilização;
358 conclui dizendo que pessoalmente está otimista na qualidade e objetividade dessa proposta do PDDI;
 - 359 • Sr. Rogério, corretor de imóveis e representante do CRECI no GETECH: agradece a Deus a oportunidade
360 de participar; que ama a cidade de Itanhaém e trabalha aqui há muitos anos; que todas as sugestões são
361 importantes, pois temos erros de administrações passadas que temos que rever por amor a Itanhaém;
- 362 5. Conselheiros participantes de quaisquer dos Conselhos municipais, com 2 inscrições:
- 363 • Sr. Jorge Penha, do Conselho de Turismo: diz que em 2002 eram de 60 a 70% de desempregados e o
364 crescimento da construção civil melhorou a situação social dessas pessoas e seu nível de vida; que
365 entende que os investidores devem ser chamados para a discussão, pois se a construção civil for
366 bloqueada vai afastá-los de Itanhaém e levá-los a outras cidades; que tenham cautela nas avaliações,
367 pois um abaixo assinado eletrônico pode conter assinaturas de pessoas que não moram aqui, mas nós
368 moradores é que sabemos o que é melhor para a cidade; finaliza propondo uma área de expansão urbana
369 maior, com 5 km além da rodovia por entender pequena a zona traçada;
 - 370 • Sra. Silvana, do Conselho da Pessoa com Deficiência e do Conselho de Assistência Social: entende que a
371 cidade é ótima, que o turismo pode alavancar a geração de emprego e trabalho; diz que os conselhos
372 aprovaram as propostas trazidas no texto; aproveita para fazer um convite a todos para que participem
373 das reuniões dos conselhos mesmo sem ser conselheiros, pois é necessária maior participação da
374 sociedade;
- 375 6. Público presente, alguns se com 16 inscrições, mas só 11 participações, pois ausentaram:
- 376 • Sr. Jeferson, do Observatório Social de Itanhaém: diz que estudaram e participaram do Programa Litoral
377 Sustentável, citando dados do estudo e de projeção de população futura, e que temos que pensar bem o
378 que vai acontecer com a cidade em vários aspectos, citando a mobilidade – ciclovias são necessárias,
379 pistas compartilhadas com sinalização viária adequada e educação; sobre a ZPE - Zona de
380 Processamento para Exportação diz que não é contra, mas faltam maiores estudos, tendo outras formas
381 de gerar empregos que devem mais valorizadas, como o ecoturismo; pede que o PS volte para o prédio
382 que ocupava para atender a demanda atual e futura; direito e acesso à informação deve ser incentivado,
383 citando trabalho da CGU e da CGE e entregando material sobre essa questão, além de propostas por
384 escrito; finaliza dizendo que a população da cidade precisa participar mais das decisões, mas que para
385 opinar precisa de informar, sendo essencial o acesso às informações;
 - 386 • Sra. Ana Paula: falou sobre a saúde da cidade e que ficou sabendo do fechamento do PS em sessão da
387 Câmara, que foi a reunião do Conselho de Saúde contra o fechamento e nada sabiam, que fizeram
388 movimento nas ruas contra o fechamento e tiveram reunião com prefeito e Secretário de Saúde onde
389 foram informadas que o fechamento seria parcial para reforma por alas; disse que a UPA não atende a
390 demanda do PS e pergunta qual foi o critério para seu fechamento; se mostra preocupada com a
391 aplicabilidade das coisas que estão no PDDI, pois se disseram que não fecharia o PS e fechou, como
392 será?; pede que seja dado mais respeito às pessoas que estão procurando a UPA e não são atendidas,
393 mas mandadas para outros postos, pois a saúde é mais importante e deve vir antes de qualquer coisa;

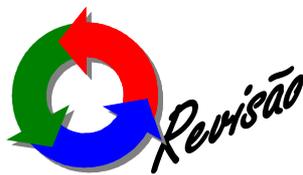


PLANO DIRETOR

ITANHAÉM-SP

ATA

- 394
- 395
- 396
- 397
- 398
- 399
- 400
- 401
- 402
- 403
- 404
- 405
- 406
- 407
- 408
- 409
- 410
- 411
- 412
- 413
- 414
- 415
- 416
- 417
- 418
- 419
- 420
- 421
- 422
- 423
- 424
- 425
- 426
- 427
- 428
- 429
- 430
- 431
- 432
- 433
- 434
- 435
- 436
- 437
- 438
- 439
- 440
- 441
- 442
- 443
- 444
- 445
- 446
- 447
- 448
- 449
- 450
- 451
- 452
- Registramos que durante a manifestação da Sra Ana Paula, o Secretário de Saúde se manifestou com palavras de revolta e dizendo mentirosa a fala, o que registramos nesta ata por ele ter sido por ela citado nominalmente;
 - Sr. Kaisa: diz que o texto está aprofundado em alguns pontos e em outros não; que o turismo é realmente nossa vocação; que deve ser mais objetivo o texto; que a cidade carece de espaço para eventos, citando a festa cigana, como um parque; que precisa de uma faculdade de turismo e que essa vocação turística para se efetivar, deve ser trabalhada na cidade como um todo;
 - Sra. Sueli: disse que estranhou muito quando chegou à cidade de Itanhaém vindo de São Paulo e que discorda de algumas manifestações, pois Guarujá só permite 4 pavimentos nos prédios; que no Oásis existem casas que foram desconstruídas; que foi ao Conselho de Turismo e mostraram a ela o regimento que a impediu de se manifestar; diz que o site da cidade deve ter mais dados e informações, dando exemplo dos números da dengue, que entendem não foram divulgados; que tem que valorizar a cultura da informação; que as reuniões dos Conselhos não tem participação pois não são divulgadas; que as informações não sejam só no site, mas também com outras formas de comunicação; que se valorize a educação; que a iluminação pública seja completa e não só pontual, dando exemplo de uma casa que recebeu iluminação e a via até ela permaneceu sem o serviço; propõe parque nos morros; reciclagem de resíduos, com incentivo aos catadores, dizendo que não entendeu quando num evento sobre o assunto ouviu a Roseli dizendo que os catadores atrapalhavam o transito com seus carrinhos; finalizou pedindo maior integração das secretarias municipais;
 - Registramos que durante a manifestação da Sra Sueli, quando falava dos catadores de material reciclável, o marido da Roseli se manifestou com palavras de revolta dizendo que ela trabalhou muito pelos catadores da cidade ao contrário do que ela estava dizendo, o que registramos nesta ata pelo fato da Roseli ter sido por ela citada nominalmente;
 - Sra Rita de Cassia: parabeniza a todos que participaram do trabalho; diz que faz parte de um movimento pela melhoria da saúde de Itanhaém, que não é de oposição pessoal a ninguém, somente critica no campo ideológico; que o turismo é a indústria da cidade; que da forma como a cidade está sendo pavimentada está levando a problemas como enchentes em muitos locais; que falta saneamento básico; que a cidade precisa de transparência e que as informações que estão negando aos vereadores de oposição na Câmara serão obtidas por ser direito da população; que frequenta as sessões da Câmara com outras mulheres e são desrespeitadas por alguns vereadores, mas não são inimigos de ninguém;
 - Sr Osmar da Costa: diz que é residente na Praia dos Sonhos num dos prédios existentes, mas se manifesta contra a verticalização nessa praia, dizendo que não deveriam mais ser aprovados prédios no local; diz que o seu condomínio faz revezamento e restringe a quantidade de carros no verão devido às vagas de garagens que são poucas; quanto à saúde, diz que se mudou em 2007 para Itanhaém e participou da Conferência de Saúde e acompanha os números da verba SUS que é recebida por habitante, sendo que há muito mais pessoas na cidade devido aos turistas, então sugere que os vereadores da cidade estudem como podem conseguir mais recursos para a saúde da cidade; os equipamentos de turismo precisam estar melhor aparelhados, citando um passeio de barco que levou amigos estrangeiros e que não foi acompanhado pelo guia com explicação que não é todos os dias que contam com esse serviço, entendendo que não pode ser assim;
 - Arq Ruy Santos: parabeniza pelo trabalho realizado; cita a necessidade da cidade atrair novas atividades econômicas, a exemplo da piscicultura; faz uma análise da lei de verticalização que vigora na cidade desde 1998 discutida e aprovada no mandato do Prefeito João Carrasco e que em 17 anos da vigência da foram feitos um total de 16 prédios entre os construídos, em construção ou aprovação e desses, somente 4 foram no início da vigência da lei, sendo os demais posteriores a uma flexibilização ocorrida na lei há alguns anos atrás, o que atraiu investidores para Itanhaém; por esse fato e por entenderem que a lei como está é viável e boa, apresenta abaixo assinado pela manutenção da lei de verticalização, para que não sofra alterações; lembra que o ciclo de desenvolvimento vivido recentemente pela cidade foi fruto das alterações da lei de verticalização como incentivo à construção civil, com acesso a financiamentos e que esse ciclo está acabando, os terrenos livres com documentação em ordem e sem problemas ambientais estão acabando, como ficam as pessoas que anualmente entram no mercado de trabalho?, lembrando que 1.500 pessoas nascem na cidade por ano; a lei tem qualidades e deve permanecer, recebendo só correções com referência ao sombreamento, por exemplo, com estudos de sombreamento aprofundados; na saúde sugere aos vereadores iniciarem uma campanha nacional para aumentar os recursos destinados à saúde, pois a exemplo do que aconteceu com a educação que melhorou muito com a definição da aplicação mínima, entende que deveria diminuir os recursos da educação que agora não são necessários para construções e equipamentos, que já existem, e aumentar os valores para a saúde;
 - Sra. Daniela Mendes: diz que é professora do estado e do município e critica a ordem que foram feitas as manifestações, pois em primeiro lugar deveria ter falado o povo e só depois as autoridades, pois pelo



ATA

- 453 adiantado da hora muitas pessoas já se retiraram, agradecendo as autoridades que permaneciam para
454 ouvi-la, comparando essa inversão aos direitos da população que ela entende são feridos; diz que utiliza a
455 saúde pública e não conseguiu ser atendida na UPA por 2 vezes; que os investimentos em educação
456 precisam melhorar e que o Conselho de Educação tem atuação questionável, tendo sido eleita como
457 representante dos pais de alunos, tendo denunciado em reunião que a eleição havia sido dirigida, quando
458 não foi ouvida e, por receio e sentindo-se ameaçada, não participou mais das reuniões; disse que
459 incentiva os debates sobre temas diversos entre seus alunos, como forma de estimular a participação
460 social; finaliza dizendo que considera triste a atuação dos vereadores da base governista na Câmara;
- 461 • Registramos que houve por parte da coordenação, após essa fala, esclarecimentos quanto à definição da
462 ordem dos pronunciamentos, pois quando apresentada a proposta dessa sequência no regimento,
463 ninguém na plateia pediu alteração – e isso poderia ter sido feito. Após a explicação a Sra Daniela se
464 desculpou pela colocação, já que não havia percebido que poderia ter pedido a mudança;
 - 465 • Vereador Cesar: falou da CGU para participação da população; que estamos plantando sementes e quer
466 trazer palavras de esperança; sugere que na oportunidade de renovação da concessão do transporte
467 público seja regularizado o transporte turístico dos bondinhos como transporte regular de passageiros, já
468 que culturalmente é um meio de transporte tradicional na cidade e muito utilizados não só pelos turistas,
469 mas também pela população em geral;
 - 470 • Luciana: como representante da comunidade cigana e povos tradicionais, entende necessário resguardar
471 o patrimônio material e imaterial; que a cultura em geral deve ser estimulada, com mais incentivos,
472 defende a criação de uma Secretaria de Cultura no município, desvinculando-a da Educação; criação de
473 curso de hotelaria e de uma FATEC na cidade com curso de turismo; capacitação dos munícipes para o
474 mercado de trabalho; citou a realização da festa cigana que atraiu mais de 4.000 pessoas e criticou o fato
475 da proibição de sua realização no Centro Histórico devido a área envoltória de 300 metros dos
476 monumentos; propõe a criação do Conselho da Igualdade Racial; que todos os conselhos sejam melhor
477 divulgados para facilitar a participação da população nas reuniões; a cidade está crescendo e isso deve
478 ser feito de forma ordenada, definindo prioridade a educação e saúde; finalizou defendendo o ensino de
479 história da cidade para as crianças nas escolas, ensinando-as a amar a cidade e criar raízes e vínculos
480 com ela e abrindo campos de trabalho.
- 481 Encerradas todas as manifestações dos inscritos, foram lembrados que há ainda mais 5 dias para recebimento
482 de propostas para que os interessados que ainda não o fizeram, possam apresentar sugestões, sendo as mesmas
483 aguardadas até a próxima segunda-feira pela manhã.
- 484 Finalizada toda a pauta da audiência, agradecendo a presença de todos os presentes, foram encerrados os
485 trabalhos às 22:20 horas.